



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra



**Escola Superior
de Tecnologia
da Saúde**

Politécnico de Coimbra

Violência Doméstica Contra Mulheres na Guiné-Bissau: Causas e Consequências

Mestrado em Educação para a Saúde

2025, Nhima Só



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra



**Escola Superior
de Tecnologia
da Saúde**

Politécnico de Coimbra

Nhima Só

Violência Doméstica Contra Mulheres na Guiné-Bissau: Causas e Consequências

Trabalho de projeto em Educação para a Saúde apresentado à Escola Superior de Educação de Coimbra e à Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra para obtenção do grau de

Mestre

Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Sílvia Maria Rodrigues da Cruz Parreiral

Outubro, 2025

Agradecimentos

Na vida, seguimos aprendendo todos os dias e em todos os níveis. E estas aprendizagens não acontecem se nos fecharmos ao mundo, uma vez que ninguém aprende sozinho. É relacionando-se com outras pessoas que se adquire novos conhecimentos e, na linha da filosofia UBUNTU: “eu sou, porque tu és”, ou seja, só posso ser pessoa através das outras pessoas. Nesta perspetiva, é fundamental abrirmos horizontes, permitir que entrem pessoas nas nossas vidas, que trazem conhecimentos e ideias e que promovem mudanças.

Esta caminhada da minha vida não tem sido fácil, devido a dificuldades financeiras, contudo esteve repleta de sentimentos, angústias, que me têm acompanhado ao longo de todo esse tempo, levando-me a ter dúvidas sobre o meu desempenho e sobre se realmente conseguiria atingir a meta.

Felizmente, pude contar com pessoas que contribuíram grandemente para que este meu sonho se tornasse uma realidade. Estiveram presentes durante todo o processo, acompanhando-me em todos os momentos de motivação e de frustração.

Por isso, começo por agradecer a Deus, pelo dom da vida e por me permitir trilhar este caminho, com saúde e serenidade.

Agradeço a minha orientadora, Professora Doutora Sílvia Parreiral, por estar desde o início comigo, enquanto professora e, nesta última fase, dando-me a orientação para que juntas percorrêssemos este caminho. Agradeço seus conselhos, orientações e a motivação que me tem dado para a realização deste trabalho. Por ter estado presente sempre e com total disponibilidade em ajudar, transmitindo seus conhecimentos com paciência. O interesse pelo meu trabalho e confiança que depositou em mim de que conseguiria fazer o trabalho despertou-me a vontade de querer aprender mais para ter bons resultados.

Um obrigada especial para minha irmã que, assumiu com todas as minhas despesas durante o tempo que não estive a trabalhar, graças ao seu apoio financeiro fez-me chegar onde eu cheguei.

A minha mãe, pela mulher guerreira que ela foi e continua sendo, por ter sido meu refúgio nos momentos difíceis desta jornada em que algumas vezes pensei em desistir do curso. Tendo em conta algumas dificuldades que tive de passar, ela deu-me força, coragem e motivou-me a continuar dizendo: “tu és capaz, vais conseguir; não és de desistir fácil”. Estas palavras fortaleceram meu coração e trouxeram força e esperanças para continuar nesta luta, agradeço-lhe muito por nunca me deixar desistir.

Agradeço à direção da “Escola Mestre Abdoulaye Wade”, nomeadamente ao seu diretor, que aceitou abraçar este meu projeto, tornando-se o elo de ligação com os/as participantes. A quem também endereço um agradecimento especial por aceitarem o convite e o desafio de participarem, constituindo a amostra deste estudo. Sem eles/as nada teria sido possível.

A minha irmã, meu irmão e primo, que estiveram sempre ao meu lado me apoiando em tudo, muito obrigada.

E agradeço também às/aos minhas/meus queridas/os colegas do mestrado, pelo acolhimento, paciência e disponibilidade que tiveram para comigo desde o primeiro dia, o que facilitou a minha adaptabilidade.

Obrigada a todas/os por fazerem parte desta minha jornada!

Violência Doméstica Contra Mulheres na Guiné-Bissau

Resumo

A violência doméstica contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública, que consiste em qualquer ato de violência contra outrem que, geralmente causa danos ou lesões de ordem física, sexual e mental, que afeta a saúde da mulher e é considerado um crime público em vários países do mundo, assim como na Guiné-Bissau. O estudo teve como principal objetivo, debater a violência doméstica e compreender a percepção dos/as participantes sobre o tema, com vista à sensibilização e educação dos/as participantes. Trata-se de um estudo de carácter qualitativo que, incluiu 15 alunos/as de escola secundária Mestre Abdoulay Wade Bissau, Guiné-Bissau, a frequentarem o 11º e 12º anos de escolaridade. Com uma amostra constituída por 9 rapazes e 6 raparigas, desenvolveram-se, 5 sessões de intervenção, nos meses de março, abril e junho de 2025, realizadas numa sala de aula, dinamizadas por nós, enquanto investigadora principal, a distância desde Coimbra, recorrendo à uma videoconferência, e por um colaborador que também é o diretor da referida escola, que nos auxiliou ao longo de todo o processo. Os resultados revelaram uma evolução na compreensão e uma mudança de mentalidade e opiniões sobre a temática, junto dos/as jovens da amostra, comparando os dados do pré com o pós-teste. Perceberam a importância em debater a violência no contexto escolar, compreenderam que certos comportamentos sociais são errados, referem reconhecer que a mulher tem direitos iguais aos do homem e que merece ser tratada com respeito e dignidade, e não como um mero objeto que pode ser manipulado. Em conclusão, os esforços para prevenir e intervir na questão da violência doméstica contra a mulher, devem inicialmente passar pela educação da população, por meio de campanhas de sensibilização, capacitação e consciencialização, não apenas junto dos jovens, mas também entre os líderes comunitários e religiosos, pela sua forte influência na comunidade.

Palavras-chave: Mulher; Violência Doméstica; Guiné-Bissau;

Domestic Violence Against Women in Guinea-Bissau: Causes and Consequences

Abstract

Domestic violence against women is a serious human rights violation and a public health problem. It consists of any act of violence against another person that generally causes physical, sexual, or mental harm or injury, affecting women's health, and is considered a public crime in several countries around the world, including Guinea-Bissau. The study's main objective was to discuss domestic violence and understand participants' perceptions of the issue, with a view to raising awareness and educating them. This is a qualitative study involving 15 students from Mestre Abdoulay Wade Secondary School in Bissau, Guinea-Bissau, attending the 11th and 12th grades. With a sample of 9 boys and 6 girls, five intervention sessions were conducted in a classroom in March, April, and June 2025. The sessions were led remotely from Coimbra by us, the principal researcher, using videoconferencing. The results revealed an improvement in understanding and a change in mindset and opinions on the topic among the young people in the sample, comparing pre- and post-test data. They recognized the importance of discussing violence in schools, understood that certain social behaviors are misguided, and reported recognizing that women have equal rights with men and deserve to be treated with respect and dignity, not as mere objects to be manipulated. In conclusion, efforts to prevent and intervene in domestic violence against women must first involve educating the population through awareness-raising, training, and awareness-raising campaigns, not only among young people but also among community and religious leaders, given their strong influence within the community.

Keywords: Women; Domestic Violence; Guinea-Bissau;

Sumário

| | |
|--|-----|
| Agradecimentos..... | I |
| Resumo..... | III |
| Abstract..... | IV |
| Sumário..... | V |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| PARTE I - ESTADO DA ARTE..... | 5 |
| CAPÍTULO 1. Violência doméstica contra a mulher..... | 5 |
| 1.1. Caso da Guiné-Bissau..... | 6 |
| 1.2. Ciclo da violência..... | 9 |
| 1.2.1. Fase da tenção..... | 9 |
| 1.2.2. Fase da violência..... | 10 |
| 1.2.3. Fase da lua de mel..... | 10 |
| 1.3. Causas da violência doméstica..... | 11 |
| 1.4. Consequências da violência doméstica..... | 14 |
| PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO..... | 16 |
| CAPÍTULO 2. Enquadramento Metodológico..... | 16 |
| 2.1. Motivação, definição do problema e objetivos do estudo..... | 16 |
| 2.2. Contexto geográfico institucional..... | 17 |
| 2.3. Caracterização da amostra..... | 18 |
| 2.4. Procedimentos..... | 19 |
| 2.5. Instrumentos de recolha de dados..... | 20 |
| CAPÍTULO 3. Programa e atividades de intervenção..... | 20 |
| CAPÍTULO 4. Apresentação análise e discussão dos resultados..... | 25 |
| 4.1. Conhecimento da existência da violência doméstica..... | 26 |
| 4.2. Ter participado antes em ações de sensibilização ou capacitação | 28 |
| 4.3. Principais causas da violência doméstica..... | 30 |
| CONCLUSÃO..... | 36 |

| | |
|-------------------|----|
| BIBLIOGRAFIA..... | 38 |
| ANEXOS..... | 41 |

Lista de abreviaturas

AIDS – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

FEC – Fundação Fé e Cooperação

IMC – Instituto da Mulher e Criança

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

MGF – Mutilação Genital Feminina

OMS – Organização Mundial da Saúde

PJ – Polícia Judiciária

TEPT – Transtorno de Stress Pós-Traumático

VDcM – Violência Doméstica contra a Mulher

VIH – Vírus de Imunodeficiência Humana

Lista de tabelas e gráficos

| | |
|-----------------|----|
| TABELA 1 | 19 |
| TABELA 2 | 21 |
| GRÁFICO 1 | 27 |
| GRÁFICO 2 | 28 |
| GRÁFICO 3 | 30 |

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher tem sido bastante discutida ao longo dos anos por pesquisadores, acadêmicos, organizações de sociedade civil, entre outros agentes promotores dos direitos humanos, sendo um fenômeno multicausal que se estendeu de geração em geração, com consequências devastadoras, tornando-se difícil e complexo a sua compreensão. Trata-se de um grave problema social e de saúde pública, presente em quase todo mundo, que necessita de políticas e ações eficazes para o seu combate. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015), a violência doméstica consiste em qualquer ato de violência contra outrem que, normalmente, causa danos ou lesões de ordem física, sexual ou mental ou, ainda, que implica algumas limitações e privações de liberdade dessa pessoa.

Com este trabalho, é nosso propósito abordar a violência doméstica contra a mulher e, em especial, contra a mulher na Guiné-Bissau onde os valores culturais/tradicionais exercem enorme influência sobre o comportamento individual e coletivo, e onde a violência contra a mulher tende a ser naturalizada e silenciada ou, até mesmo, justificada tendo em conta as normas culturais e práticas sociais enraizadas, que fazem com que muitas mulheres guineenses considerem normais os atos de violência doméstica.

A este propósito, Silva (2019) refere-se à ideia de uma cultura predominante no pensamento das pessoas que, segundo elas, deve ser conservada e mantida estática ao trazer a afirmação de uma das suas entrevistadas que diz o seguinte:

Nó seta disinbolvimentu, ma i ten kusas ki ka dibi di mudadu, mindjer dibi di ba ta obi si omi, pabia el ki ta dicidi na familia i kila gora ka ta muda. Ou seja, aceitamos o desenvolvimento, mas algumas coisas não mudam, mulher deve obedecer o marido porque, é ele quem decide na família e isso não muda, (Silva, 2019).

Tais palavras devem-se ao predomínio de um elevado machismo e aos valores patriarcais presentes na sociedade guineense, nomeadamente no âmbito doméstico e familiar o que tem contribuído diretamente para a ocorrência e prevalência da problemática que aqui estudamos.

O nosso interesse pelo tema que aqui abordamos deve-se ao fato de ser uma jovem mulher, guineense, e empenhada na busca de uma sociedade de valores e respeito pela dignidade humana, e pela mulher em particular. Com o sonho de ver as mulheres da Guiné-Bissau (e do mundo em geral) livres da violência, as famílias a viverem em harmonia, numa sociedade justa, igualitária, respeitosa da dignidade das cidadãs e com os agressores a serem devidamente punidos pelos seus atos.

A violência, independentemente da forma como é praticada, é uma derrota para a sociedade e para o país, visto que atinge, direta ou indiretamente, qualquer pessoa, por isso, é fundamental compreender e discorrer das suas causas e consequências para que possa ser atenuada.

Todavia, estudos apontam que a violência contra a mulher é um fenómeno que ocorre com grande frequência. Segundo os dados da organização não governamental Fundação Fé e Cooperação (FEC, 2021), uma em cada quatro mulheres guineenses já sofreu algum tipo de violência, onde 67% delas foram vítimas de um ou dois tipos de violência perpetrados por parceiro íntimo, ou não. Além disso, 80% destas violências, ocorrem no seio familiar, tendo o pai como o seu agressor. Tal leva-nos a pensar que a probabilidade deste comportamento continuar a aumentar é cada vez mais visível.

Atendendo pesquisas levadas ao cabo no Brasil, em cada quatro minutos uma mulher é agredida dentro do seu lar, sendo o agressor alguém com quem a mulher mantém relações de afeto, além disso 70% das mulheres vítimas de assassinato foram mortas pelos próprios maridos ou companheiros, (Somenzari, 2017, as cited in Có, 2018). Segundo o Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica em Portugal, em 2018, a cada hora três pessoas sofrem da violência e, cerca de 77% dos casos de violência contra as mulheres foram perpetrados por pessoas com quem ela mantém relações afetivas/conjugais presentes ou passadas, (Portugal, 2019). Isto mostra que a

violência contra as mulheres não está presente apenas numa única sociedade ou povo, mas, é um problema mundial.

A sociedade através das questões culturais e históricas, tem construído ao longo dos tempos, desigualdades de género determinando assim os papéis sociais, isto é, de ser homem e de ser mulher” que, acaba por legitimar a subordinação feminina e a dominação masculina. Estas questões, refletem-se de maneira extrema na vivência da violência doméstica contra a mulher, estabelecendo quem será o agressor e quem vai sofrer a agressão. Sendo, tais atos, tidos como atos normais/naturais pela sociedade. Não nascemos homens ou mulheres, afirma Beauvoir (1970, as cited in Silva, 2019), que segundo ela, as diferenças existentes entre homem e mulher são apenas anatómicas e fisiológicas, e, isto não basta para determinar o poder dos sexos. Isto, mostra que as nossas identidades são oriundas de uma construção social, da qual aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar com naturalidade tudo o que é imposto pela sociedade.

Portanto, dada a complexidade e magnitude do fenómeno da violência doméstica contra a mulher, é fundamental que o Estado, por meio das instituições de ensino, se comprometa com a implementação de ações de educação e consciencialização dos jovens, enquanto futuros adultos, profissionais e dirigentes, levando-os a serem capazes de adotar comportamentos adequados ao combate deste fenómeno. E levar as meninas e mulheres a poderem defender os seus direitos e a compreender-se como parte integrante deste processo de desenvolvimento, e não enquanto meras acompanhantes inferiores ao homem.

Assim, na linha da OMS (2015), apelamos por políticas de prevenção da violência doméstica contra a mulher que sejam operacionalizadas por meio de esforços para atribuir poder à mulher, tanto social como económico, para a mudança de normas sociais e culturais que diminuam as mulheres e apoiem a desigualdade e a violência, para uma clara definição de comportamento inaceitável, e para a promoção de relacionamentos saudáveis, não violentos e igualitários.

Perante a questão inicial, “Que perceções têm os jovens guineenses sobre a violência doméstica contra a mulher?” quisemos desenvolver o trabalho que agora apresentamos, e que se apresenta dividido em duas partes.

Na primeira parte, de fundamentação teórica, a partir de uma revisão de literatura e de um levantamento do estado da arte sobre o tema, foi-nos possível justificar a sua pertinência, apresentar os conceitos de base e defendermos a necessidade de se implementarem ações de intervenção combativas da violência doméstica contra a mulher, especificamente contra a mulher guineense. Por sua vez, na segunda parte, apresentam-se os objetivos, o procedimento metodológico e descreve-se a intervenção desenvolvida, enquanto ação de educação e sensibilização levada a cabo junto de um grupo de estudantes (9 rapazes e 6 raparigas) da escola secundária Mestre Abdoulay Wade Bissau, Guiné-Bissau, a frequentarem o 11º e 12º anos de escolaridade. Com o objetivo de debater a violência doméstica, conhecer as suas perceções sobre o tema, e avaliar o impacto da intervenção desenvolvida para a maior compreensão do fenómeno, com vista à sua sensibilização para a mudança de atitudes e comportamentos que, pela cultura instituída, tendem a transmitir-se de pais para filhos, perdurando como sendo normais e naturais, na sociedade guineense.

PARTE I - ESTADO DA ARTE

CAPÍTULO 1 - A violência doméstica contra a mulher

Falar de violência doméstica contra a mulher significa falar de várias formas de agressões que se resumem não só no uso da força física, mas também na agressão psicológica/ emocional, sexual, ou no uso de outras formas que visam afetar a mulher de alguma maneira, mediante recurso à dominância ou ao poder sobre ela. A definição dada pelas Organização das Nações Unidas (ONU, 1993), aponta a violência contra a mulher como qualquer ato de violência baseada em gênero que causa ou possa causar danos ou sofrimentos físicos, mentais ou sexuais para as mulheres, incluindo ameaças de tais atos, que implica ainda, a privação arbitrária da sua liberdade, seja ela na esfera pública ou privada. Por sua vez, para a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021), este fenômeno é conhecido como um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos, em particular das mulheres.

A problemática de violência contra a mulher, tem sido alvo de grandes debates, e consciencialização pública, devido à sua complexidade, sendo um tipo de violência cada vez mais visível nas sociedades. Além disso, com múltiplas causas e consequências graves para a saúde da vítima, é um fenômeno que trespassa todas as fronteiras, podendo ocorrer com qualquer pessoa, independente da sua raça, cor, religião ou classe social. Podendo os autores de tais atos ser os seus ex-companheiros/ maridos, ou mesmo membros do seio familiar de origem, nomeadamente o pai ou irmãos mais velhos. Deste modo, e de acordo com a OMS (2021), as estimativas globais apontam para que cerca de uma em cada três mulheres em todo o mundo (30%), já foi vítima de violência física e/ou sexual, em algum momento da sua vida, e, na maior parte dos casos, tal violência foi perpetrada pelo parceiro íntimo.

Além disso, a OMS (2021) corrobora ainda que, mulheres com idades compreendidas entre 15 e 49 anos, quase acerca de um terço delas em todo mundo (27%), e que

estiveram num relacionamento, relataram terem sido vítimas de algum tipo de violência por parte do seu parceiro.

A violência doméstica contra a mulher, é um problema que sempre esteve presente, tendo a mulher como um objeto ou um ser inferior, que deve obedecer ao homem em qualquer momento ou circunstância. No entender Muraro (1975, as cited in Peixoto, 2019) a história da mulher apresenta, desde a antiguidade, grande desigualdade social, em que nos primeiros momentos da sua vida, durante a infância, devia obedecer às ordens do pai e, depois do casamento, submeter-se ao marido, independentemente das circunstâncias.

Nesta perspetiva, percebe-se que as mulheres foram e continuam a ser educadas para cuidar da casa, dos trabalhos domésticos, dos filhos e ver o homem como o “soberano” da relação/ família. Tal é o resultado de um sistema patriarcal ainda adotado em algumas partes do mundo, enquanto sistema social que exalta os homens e diminui as mulheres, negando-lhes o direito à educação, à saúde e ao poder de decisão sobre o que querem para as suas vidas (Motta, 2020, p. 42).

Segundo Ramos e Tomé (2022) percebe-se o quanto é imprescindível a intervenção do Estado, no sentido de se criarem medidas adequadas que permitam o enfrentamento e a prevenção desta problemática. E, segundo os mesmos autores, tais medidas passam por atender às necessidades das mulheres com toda a particularidade, olhando-as e considerando-as antes de mais como pessoas com direitos universais, enquanto mulheres e enquanto trabalhadoras, comuns aos de toda a classe trabalhadora.

1.1. O caso da Guiné-Bissau

O fenómeno da Violência Doméstica contra a Mulher (VDcM) na Guiné-Bissau, tem explicações resultantes dos pensamentos culturais, religiosos e das situações de crises políticas que, outrora associadas a este fenómeno, são muitas vezes consideradas como imutáveis. No entender de Bourdieu (2002, as cited in Silva, 2019), a cultura é um instrumento de poder que atribui a uns a supremacia sobre os outros e, neste caso, “privilegia os homens e oprime as mulheres” (Silva, 2019, pp. 10-11), tornando-se, então,

uma ferramenta que legitima a dominação masculina. Além disso, a autora afirma que a cultura tem contribuído para a integração da classe dominante, assegurando a comunicação imediata entre todos os seus membros, distinguindo-os uns dos outros.

A violência doméstica contra a mulher, é conhecida como uma violação dos direitos humanos e da saúde pública com repercussões negativas para a saúde da vítima, que afeta pessoas (sobretudo mulheres) em quase todo o mundo. Na Guiné-Bissau, a prática da violência ocorre com muita frequência, sendo várias as razões que lhe estão na origem. Segundo o estudo desenvolvido por Nanque (2022), na sociedade guineense, a maior parte das violências praticadas sobre as mulheres são motivadas por ciúmes dos maridos, desobediência da mulher e o seu não consentimento para atos sexuais. O mesmo autor afirma ainda, que a falta de acompanhamento nos casos de denúncias sobre esta prática, está a contribuir para o seu aumento e efetivação. E enraizada a ideia de o fenómeno da violência ser, desde sempre, um assunto da vida privada/ íntima da pessoa, introduzir os conceitos de feminismo ou empoderamento das mulheres e meninas pode, em determinadas culturas, trazer choques principalmente, na sociedade guineense visto que, as mulheres foram e são criadas com ideias de que o homem é sempre o chefe, detentor e dominador de toda a família. Assim, no estudo desenvolvido por Silva (2019), segundo resultados obtidos por meio de entrevistas que realizou, confirma-se que, na Guiné-Bissau, o feminismo não se deve impor à cultura, pela qual o “homem/ marido é para respeitar”, e o contrário significa luta contra os homens:

As ideias de igualdade de género no qual vocês falam, buscam nos aculturar e suprir as nossas tradições, forma como nos relacionamos com nossas mulheres, ao introduzir comportamentos das mulheres do ocidente, significa dando-as a liberdade de fazer coisas que não deviam (Silva, 2019 p., 11).

Com base nestes discursos, percebe-se que existem grandes desafios e longos caminhos a andar, e que a violência se faz presente entre quase todas as mulheres guineenses, contribuindo para a sua limitação e impedindo-as de despertarem sobre as suas vidas e de defenderem seus direitos e interesses.

Na sociedade guineense, a violência assume contornos particulares decorrentes de fatores socioculturais, políticos e económicos, o que contribui grandemente para a ocorrência e efetivação do fenómeno de mulheres sofrendo nos próprios lares, onde deveriam sentir-se seguras e amparadas.

Atendendo o Plano da Ação Nacional (2010), devido ao conflito armado que o país convencionou durante 10 anos, e as sucessivas crises políticas, foram as mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que pagaram um pesado tributo (Nanque, 2022, in cited IMC, 2010). O documento ressalta ainda que há um enorme crescimento da violência doméstica contra as mulheres, obrigando muitas delas a passarem por inúmeras situações de violência sistémica, de agressões físicas e outros tipos de tratamentos desumanos.

Efetivamente, ao longo dos anos, o país tem enfrentado diversos desafios relativos ao desenvolvimento, tais como a instabilidade política, a pobreza, o baixo nível de escolaridade e a fragilidade das instituições. Tais fatores contribuem para a criação de um ambiente propício à reprodução da violência de género, dificultando, assim, todo o esforço no combate a este fenómeno.

Em 2014, foi criada uma lei na Guiné-Bissau que criminaliza a violência doméstica, sendo ela considerada como qualquer ato de agressão, conduta ou omissão praticada no seio familiar, conjugal ou de coabitação que pode causar, ou causar, danos físicos, sexuais, psicológicos, morais ou económicos à mulher (Lei n.º 6/2014). Contudo, apesar da existência dessa lei, a ocorrência da VDcM continua a aumentar no país, e muitos casos não chegam à justiça, onde, as mulheres, por medo de represálias, vergonha, dependência financeira ou por pressão da família, acabam por aceitar a prática e ficar em silêncio. O que impossibilita a denuncia e o acesso a informação e, noutros casos, por não conhecerem os serviços, simplesmente nem os procuram a pedir ajuda.

No relatório da Fundação Fé e Cooperação (FEC, 2021) sobre a situação da mulher no país, cerca de 68% destas vítimas não contou a ninguém sobre o ocorrido e apenas 23% sabe da existência de alguns serviços de apoio às vítimas. Além disso, evidencia que são as mulheres que aceitam e naturalizam esta prática as que apresentam a maior

percentagem. Este tipo de violência pode ocorrer de forma contínua, conduzindo a um ciclo de dominação, medo e dependência que dificulta a libertação da vítima.

1.2. Ciclo da violência doméstica

A prática da violência doméstica não acontece acidentalmente, mas segue um padrão cíclico conhecido como ciclo de violência. Para Silva e Saliba (2023), a violência doméstica e familiar, nem sempre se manifesta publicamente, porém, o ciclo de violência acontece no seio da vida privada/ íntima da mulher, ou seja, no seu lar. Sendo algo considerado meramente da relação íntima ou familiar, apenas é visível quando trespassa todas as fronteiras do ciclo.

Tais fronteiras, quando ultrapassadas, referem-se à primeira violência física que causou não só uma lesão corporal, mas que também afeta o emocional da vítima. Diante deste cenário, Sales (2018) afirma que a partir do momento em que as agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais acontecem a tendência é de acontecer com grande frequência. Desta forma, compreende-se que a vítima se encontra inserida numa situação, da qual sente que não tem saída e nem faz ideia de como a superar.

Posto isto, Walker (2009, as cited in Silva & Saliba, 2023), afirma que existem três fases no ciclo da violência, que são: a fase da tensão, acompanhada de uma sensação de perigo; a fase da violência e a fase da lua de mel.

Geralmente, o ciclo de violência inicia após um logo período de namoro em que a vítima/ namorada não vê o mal que lhe possa causar, entendendo aquele comportamento como demonstração de amor por parte do agressor/ namorado que, se não for travada, aumenta.

1.2.1. Fase da tenção

Nesta fase, começam os comportamentos hostis como discussões, humilhações, ameaças, desrespeito, e a vítima, por sua vez, tenta evitar ou até mesmo apaziguar o problema. Nesta fase inicial, a mulher não compreende que aqueles comportamentos se

caracterizam por serem formas de violência, e tenta sempre agradar ao agressor como jeito de acalmar a situação.

De acordo com Walker (2009, as cited in Silva & Saliba, 2023), esta primeira fase acontece numa escala gradual de tensão, exibida por condutas discretas que causam grande fricção, tais como insultos ou outro tipo de comportamentos maldosos, intencionais ou abusivos, demonstração de insatisfação, mas não extrema. Percebe-se que, nesta fase, a mulher não se entende enquanto vítima, tenta esconder ou negar que algo de mal lhe está a acontecer.

1.2.2. Fase da violência

Esta é a fase em que ocorre a agressão, é o momento em que o agressor explode e pratica algum ato de violência contra a mulher. Após o ocorrido, a mulher começa a sentir medo porque, por conviver diariamente com o agressor, pensa que, a qualquer momento, tudo pode voltar a acontecer, o que também a impede de denunciar o ato.

Nesta ótica, Sales (2018), discorre que o fato de a violência acontecer na esfera privada limita qualquer tipo de intervenção externa. Até porque há um discurso na sociedade, e sobretudo na Guiné-Bissau, que diz que “roupa suja deve ser lavada em casa”, ou seja, “problema entre marido e mulher deve ser resolvido internamente”. E, por tudo isto, esta fase, pode mesmo terminar com a morte da mulher.

1.2.3. Fase da lua de mel

A terceira fase, conhecida como “fase da lua de mel”, é marcada por um momento de arrependimento, o agressor sente-se arrependido e pede desculpas pelo ato cometido, promete mudar, dá-lhe presentes como forma de amenizar o mal causado, e a vítima acredita na possível mudança e reconciliação.

Nesta fase, a mulher revive todas as sensações e paixões que sentiu pelo companheiro nos primeiros momentos da relação, perante as demonstrações de carinho, bondade e empenho em ajudar, levando-a a acreditar e a renovar a esperança na possível

capacidade de mudança (Silva & Saliba, 2023). Esta terceira fase permite o reforço positivo da permanência da mulher no relacionamento, levando a que tudo o que fazia quando se apaixonou volte a acontecer de novo.

No entanto, este ciclo tende a ser quebrado e a voltar a repetir-se várias vezes, deixando a vítima emocionalmente frágil e dependente.

Tudo isto resulta das construções sociais da nossa identidade que, ao logo da história, tem subestimado a capacidade da mulher, por ser mulher, relacionando-a a vulnerabilidade e a submissão, enquanto o homem simboliza a superioridade da casa, com privilégios, por ser homem. Tais desigualdades ou violações, associadas à cultura e tidas como normas e valores culturais que devem ser respeitadas, acabam por ser aceites pela maior parte das mulheres, que se veem forçadas a normalizar esta prática, sob pena serem julgadas socialmente.

Assim, e sendo a violência doméstica um fenómeno que ocorre em lugar reservado à intimida, ou seja, no seio da família e longe do público, a vítima vê-se a viver grandes desafios, difíceis de superar. Daí a urgência em levar a vítima, logo no início do ciclo de violência, a saber identificá-lo e a reconhecer que deve buscar apoio, não apenas no campo jurídico, mas também a nível psicológico e social. Só assim poderá romper com tal ciclo.

1.3. Causas da violência doméstica

O fenómeno da VDcM é multicausal, complexo e enraizado nas estruturas de desigualdade que ultrapassam o âmbito individual ou familiar, por isso, compreender as suas causas não exige apenas analisar os comportamentos isolados, mas é fundamental a compreensão do contexto onde essas relações se desenvolvem, que inclui o cultural, social, jurídico entre outros.

A violência, um fenómeno que ocorre com grande frequência no âmbito doméstico/familiar, entendido como qualquer ação danosa que causa sofrimentos, sejam de ordem física, sexual, psicológica, emocional que, ao longo da história, teve explicações diversas sobre a sua origem. À vista disso, Delmoro e Vilela (2022), afirmam que, entre as

principais causas da violência doméstica contra a mulher estão: a desigualdade de poder nas relações homem-mulher, a necessidade de autoafirmação de alguns homens, o histórico de violência familiar, o consumo de álcool e/ ou drogas, a disparidade econômica, a inserção das mulheres no contexto profissional e educacional, entre outras causas.

O fenômeno da violência doméstica contra a mulher, não é um assunto recente. Desde a antiguidade, a mulher continua a ser vista como um ser inferior, com um papel limitado ao ambiente doméstico, a cuidar do lar e dos filhos, fruto do sistema patriarcal, e de outros, que o mundo também acompanha. A este propósito, Rezende (2020) refere que se trata de um fenômeno tão antigo quanto a própria humanidade, sendo tratado tanto na literatura feminista quanto na das ciências sociais, segundo as inúmeras abordagens que o conceito do patriarcado possa ser alvo. Na mesma ótica, a mesma autora, citando Patman (1988), explica ainda que o patriarcado é um sistema de poder idêntico ao da escravatura (Rezende, 2020), com o domínio do senhor sobre o escravo.

O entendimento sobre o que gera a VDcM, tem sido controverso, alguns acreditam que deriva do poder de dominância dos homens sobre as mulheres, enquanto outros associam o fenômeno a questões culturais e religiosas, à desobediência das mulheres relativamente aos maridos e, mesmo a questões raciais.

Diante desse cenário, Peixoto (2019), evidencia que o fenômeno da violência doméstica contra a mulher assume uma diversidade de formas sendo o “feminicídio” a principal e a mais flagrante, e pelo que significa, ou seja, o assassinato de uma mulher pelo facto de ser “mulher”, ou pelo seu incumprimento da cultura e/ou da religião.

Por sua vez, segundo Motta (2020), a questão do racismo e do patriarcado influenciam as relações sociais, afetam a organização do trabalho e reforçam a divisão entre os sexos e as raças.

Na verdade, a questão racial, predominante ao longo dos anos, e prevalente nas sociedades atuais de quase todo o mundo, também pode ser considerada como fomentador da VDcM, em que a violência atinge qualquer mulher, independentemente do seu status social. Um estudo realizado em Salvador da Bahia, no Brasil, mostra que 77,3% das mulheres vítimas de violência sexual eram negras (Delmoro & Vilela, 2022). Os

mesmos autores alegam que essa situação pode ser vista como resultado do colonialismo, em que as mulheres negras foram maltratadas pelos seus senhores, pelo fato de serem negras e principalmente “mulheres”.

Assim, os fatores acima referidos, entre outros, podem-se constituir como principais causas da violência perpetrada contra as mulheres, sendo que a construção da desigualdade social, na repartição dos papéis entre homens e mulheres, confere à mulher o papel de submissa e, ao homem, o poder de domínio. Assim sendo, Rezende (2020), corrobora que a violência praticada contra a mulher, é motivada pela “construção desigual” do lugar que cada um ocupa nas diversas sociedades. Além disso, a autora considera ainda que, tal desigualdade de gênero, é onde todos os tipos de violência contra as mulheres se estruturam, perpetuam e legitimam.

A história da mulher foi, e ainda se mantém, limitada aos seus afazeres domésticos, continuando a ser vista como propriedade do homem/ marido, sem direitos e sem poder para defender os seus pensamentos e interesses, enquanto sujeito de direito. A este propósito, Delmoro e Vilela (2022), no estudo realizado no Brasil, confirmam que a visão marxista ainda prevalece na atualidade, uma vez que, naquele país, 89% dos homens entrevistados consideram inaceitável a mulher não cumprir com as suas obrigações enquanto esposa, incluindo a organização do lar.

Diante da crescente desigualdade de gênero, em que a mulher cresce a ouvir que se deve submeter aos desejos dos homens, se, de alguma maneira, ela tenta romper com tais preceitos sofrem as consequências de serem acusadas de faltarem ao cumprimento do seu papel tradicional e de “quererem ser homens”. As autoras supracitadas, confirmam esta ideia ao reiterarem que há uma enorme influência histórico-cultural presente nos cenários sociais em que a violência contra a mulher é concretizada. O que se deve ao fato de permanecerem aceites determinados comportamentos sociais tidos como irrefletidos e inapropriados, que passam de geração em geração e que vê a mulher como a figura responsável pelos trabalhos domésticos e pela procriação enquanto ao homem é concedido o papel de trabalhar, estudar, desenvolver-se e de sustentar a família (Delmoro & Vilela, 2022). Quando esse poder masculino é ameaçado, devido à emancipação e evolução das mulheres no contexto educacional, profissional e

social, surgem os episódios de violência, e muitas vezes, “com graves consequências para a saúde da vítima” (Delomoro & Vilela, 2022, p.5).

1.4. Consequências da Violência Doméstica

Como referimos anteriormente, a violência doméstica contra a mulher, é considerada uma grave violação dos direitos humanos, com efeitos negativos na saúde da vítima e atingindo mulheres e suas famílias de quase todo o mundo, sendo as dos países em desenvolvimento as que mais sofrem, devido à fragilidade dos mecanismos de proteção aí existentes e aos baixos níveis de literacia, entre outros.

Segundo Có (2018), na Zâmbia, por semana, cinco mulheres são assassinadas às mãos dos seus companheiros, ou não companheiros. Além disso, quase em toda a África Subsariana, onde predomina um grande número de doentes de Sida – Vírus da Imunodeficiência Humana, a maioria dos infetados são mulheres (60%) e a probabilidade desse número aumentar é grande, atendendo que, em alguns países, vigora a crença e o discurso de que o estupro de uma virgem cura aquela doença.

O fenómeno da violência produz várias consequências para a saúde da vítima, nomeadamente da “mulher”, as quais vão para além da agressão física, passando por gravidez indesejável, riscos de contrair infeções sexualmente transmissíveis (IST), problemas de saúde mental como ansiedade, depressão, transtorno de stress pós-traumático (TEPT), problemas reprodutivos e, mesmo, a morte (Delmoro & Vilela, 2020). Tais fatores perduram pelo fato da violência ser, quase sempre, encoberta. As vítimas calam-se, fruto da construção sociocultural predominante, e do facto da identidade e desigualdade entre géneros ser o principal promotor da prevalência e naturalização da violência. Na verdade, e como referido anteriormente, há toda uma cultura de valores enraizada que determina o papel da mulher de “submissa” e do homem de “dominador”.

O impacto da violência doméstica vai para além da esfera individual, ela atinge qualquer pessoa que viva num ambiente violento, a sociedade e até o próprio Estado. Segundo Rezende (2020), a problemática da violência pode acontecer com diferentes mulheres, independentemente da sua condição e contexto em que se encontra inserida, e onde a

ameaça eminente restringe as suas liberdades civis, limitando a possibilidade de darem algum contributo às suas comunidades. A mesma autora refere ainda que, estes eventos de violência, também podem sobrecarregar o sistema de saúde do país, uma vez que, tendo sido violentadas, as vítimas tendem a procurar mais os serviços de saúde.

As agressões sofridas por estas mulheres deixam uma marca e sofrimento que as acompanha para o resto das suas vidas, sobretudo entre as mulheres que não tiveram um acompanhamento profissional adequado, como é o caso da Guiné-Bissau. Além disso, quando questionadas sobre o que é a violência de que são vítimas, a maior parte só reconhece a agressão física, sendo a que mais marcas visíveis lhes deixa. A exemplo disso, Silva (2019), no decorrer das suas entrevistas com mulheres vítimas, constatou que algumas tinham cicatrizes físicas profundas. Uma delas tornou-se paraplégica por conta dessa agressão. Explica também, que nenhuma das vítimas teve um acompanhamento psicológico que as possibilitasse saber lidar com os seus medos e traumas e, apesar de a avaliação psíquica não ter sido o objetivo do seu estudo, foi possível compreender o estado deprimente em que se encontravam. Afirmando o seguinte:

Sintidu ka fikan diritu, dipus ki n'mati kila tudu, te aos ami n'kata pudi durmi diritu i tambi n'kata sinti bem (p., 13), ou seja, “depois de ter vivenciado tudo aquilo, a minha cabeça não ficou bem e até hoje tenho dificuldades em dormir, também não me sinto bem”.

Com o estudo que aqui apresentamos quisemos explorar a temática da violência doméstica por ser um fenómeno que afeta muitas das mulheres e raparigas guineenses e sentimos o peso da responsabilidade de, de alguma forma, ajudar.

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO 2 - Enquadramento Metodológico

2.1. Motivação, Definição do problema e objetivos do estudo

O interesse e motivação por trabalhar esta temática surgiu em 2017, após ter participado numa formação de capacitação sobre promoção de direitos humanos das mulheres e jovens raparigas. Foi promovida pelo Comité Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas (CNAPN), uma organização de sociedade civil que trabalha em defesa dos direitos humanos das mulheres/ meninas, em especial das vítimas de Mutilação Genital Feminina (MGF), uma das mais violentas violações dos direitos humanos das mulheres, da qual fui vítima. Depois desta formação, pude perceber que algumas situações que vivi, e outras que presenciei, eram violência, o que despertou em mim interesse de melhor compreender este fenómeno e, contribuir para que outras mulheres/ meninas saibam lidar com o problema e prevenir os impactos que esta prática causa nas suas vidas.

No contexto guineense, quando a mulher é espancada pelo marido, tal é visto como um ato normal, sendo justificado pela ofensa que a vítima causou no agressor. Em consideração a estes fatores, acreditamos ser relevante e necessário falarmos da violência doméstica e das diferentes características que ela assume, contribuindo para a sensibilização da sociedade guineense de que, todos e todas, enquanto jovens e adultos, membros da sociedade, temos a responsabilidade de ajudar na diminuição/ combate deste crime.

Com esta preocupação, surgiu-nos a ideia de procurar compreender como é que esses jovens alunos/as veem e entendem a “violência doméstica”. Pode não haver soluções de imediato, mas há caminhos que queremos trilhar.

Enquanto objetivo principal, o presente estudo visou debater a violência doméstica e compreender a percepção dos/as participantes sobre o tema.

De forma mais específica, procurou-se: **a)** entender o nível de sensibilidade dos/das participantes sobre o tema; **b)** capacitar as/os participantes, levando-as/os a saber identificar quando estão sendo violentadas/os; **c)** sensibilizar para a adoção de pensamentos de mudanças de comportamento; **d)** incorporar abordagens sobre diferentes formas de violência e suas características; **e)** promover pistas para saberem lidar com as violências.

2.2. Contexto geográfico e institucional

A Guiné-Bissau está situada na costa ocidental da África, com uma área de 36.125 km², e dois milhões de habitantes, sendo do sexo feminino a população majoritária. Faz fronteira a Norte com a República do Senegal e a Leste e Sul com a República da Guiné-Conacri, e é banhado pelo Oceano Atlântico. O país conta, com cerca de trinta etnias, as quais com línguas e culturas distintas. Possui o Arquipélago de Bijagó com mais 80 ilhas, sendo algumas delas desabitadas (Augel, 2007, as cited in Có, 2018).

A escola Mestre Abdoulaye Wade encontra-se localizada no bairro de São Paulo, em Bissau, a alguns minutos do centro de cidade. Trata-se de uma escola privada básica/secundária, a funcionar desde 4 de Novembro do ano 2000 e que alberga 328 alunos/as, 15 professores e 2 funcionárias. A escola conta com 7 salas de aula, e, leciona do 1º ciclo à 12º ano, distribuídos em 3 turnos diferentes. Um património particular, fundado pelo senhor Romoaldo Bubacar Candé que, infelizmente não está entre nós.

Quisemos implementar o nosso programa de intervenção numa escola por se tratar de um espaço em que quase todas as crianças/ adolescentes passam a maior parte do seu tempo e, encontrando-se numa fase de formação de suas personalidades, entendemos serem o público alvo mais adequado para, enquanto se desenvolvem física, mental e socialmente, ao participarem num programa do género do que lhes propusemos, desenvolverem competências que podem ser benéficas tanto para si como para a sociedade em geral.

2.3. Caracterização da amostra

Para este trabalho, foram definidos alguns critérios de inclusão e exclusão para a seleção da amostra. Como critério de inclusão definimos serem estudantes de ambos os sexos, da escola “Mestre Abdoulaye Wade”, com idade igual ou superior a 18 anos e a frequentarem os 11º e 12º anos de escolaridade. Excluindo-se do estudo as/os estudantes menores de 18 anos e não pertencentes ao nível da escolaridade acima referido.

Da análise dos processos individuais dos alunos, feita em conjunto com o diretor da Escola Mestre Abdoulaye Wade, nosso colaborador do projeto em Bissau, surge a amostra do nosso estudo, de conveniência, constituída por 15 estudantes, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos.

De referir que todos os participantes no estudo, antes de qualquer ação desenvolvida no âmbito do programa de intervenção, foram previamente informados do estudo e de todos os procedimentos que a sua participação implicaria, e concordaram em participar no estudo assinando o Consentimento Informado Livre e Esclarecido (Anexo 1).

A maioria dos participantes eram do sexo masculino (n=9), correspondendo a 60% do total da amostra. Sendo todos residentes em Bissau, 73,7% (n=11) frequentavam o 12º ano de escolaridade e, os restantes 26,3% (n=4), encontravam-se matriculados no 11º ano. Com intuito de garantir o anonimato e a confidencialidade dos dados, e salvaguardar a identidade de cada um dos/as participantes foi-lhes atribuído um código que vai de P1 a P15 (Tabela 1).

| | | | | |
|------------------------------|-----------|----|-------|------|
| Sexo | Masculino | 9 | 60% | 100% |
| | Feminino | 6 | 40% | |
| Nível de escolaridade | 11º | 4 | 26,3% | 100% |
| | 12º | 11 | 73,7% | |
| Idade | 18 | 4 | 26,6% | 100% |
| | 19 | 1 | 6,7% | |
| | 20 | 1 | 6,7% | |
| | 21 | 1 | 6,7% | |
| | 22 | 7 | 46,6% | |
| | 24 | 1 | 6,7% | |

Tabela 1. Participantes por sexo, idade e nível de escolaridade

2.4. Procedimentos

Para a realização deste trabalho, fez-se o pedido de orientação e a apresentação da proposta de tema que, após ser analisada foi possível a sua aceitação e aprovação.

Relativamente ao local da intervenção foi feito contacto com o diretor da Escola Secundária “Mestre Abdoulaye Wade”, pedindo-se uma reunião para explicar o que se pretendia com o trabalho e respetivos objetivos. Dias depois, num dia de manhã, obtivemos a confirmação da reunião, que se realizou, no mesmo dia, durante a tarde. Na reunião, que se realizou por videoconferência, estiveram presentes o diretor da Escola, bem como os restantes membros da direção.

Pós formalização do pedido de autorização, por meio de um e-mail enviado à direção da Escola Secundária “Mestre Abdoulaye Wade”, obtivemos uma resposta positiva para a realização do estudo (Anexo 2).

De seguida, submetemos a nossa proposta de investigação à Comissão de Ética do Politécnico de Coimbra que, após a sua análise, obteve o seu parecer favorável (Anexo 3). Este parecer foi também apresentado à direção da Escola Secundária “Mestre Abdoulaye Wade” que, por sua vez, autorizou a recolha de dados e a implementação do programa de intervenção.

Para a recolha de dados, fez-se a divulgação do estudo na referida escola, as/os estudantes que apresentavam os critérios de inclusão no estudo foram abordados e informados do estudo e de todos os procedimentos que a sua participação no programa de intervenção implicaria. No entanto, apenas 15 estudantes concordaram participar, os quais, após a explicação detalhada sobre os objetivos da investigação e esclarecimento das dúvidas relativas ao seu anonimato e preservação da sua identidade, assinaram o documento onde expressam o seu consentimento, informado, livre e esclarecido.

Deu-se, assim, início à recolha de dados e à implementação do programa de intervenção, o que decorreu nos meses de março, abril e junho de 2025. Foram realizadas 5 sessões online, com uma duração máxima de 1h e 20 minutos, que apresentaremos mais adiante.

2.5. Instrumentos de recolha de dados

O principal instrumento utilizado foi um questionário criado por nós, propositadamente para este estudo e que foi aplicado duas vezes (Anexo 4). Num primeiro momento, no início do estudo, com vista a elaborar um diagnóstico prévio das perspetivas e entendimento dos participantes sobre a temática em estudo e, no final da intervenção, enquanto pós-teste, de modo a avaliar o impacto do programa de intervenção junto deles/as.

CAPÍTULO 3. Programa e atividades de intervenção

O estudo teve 5 sessões, que decorreram nos meses de março, abril e junho do ano 2025, realizadas numa sala de aula, dinamizadas por nós, enquanto investigadora principal, a distância desde Coimbra, recorrendo à videoconferência, e por um colaborador que também é diretor da mesma escola que nos auxiliou ao longo de todo o processo.

Este programa de intervenção, foi constituído por cinco sessões e divididas de seguinte maneira:

| Sessão | Objetivos |
|---|---|
| Sessão 1. A nossa guia | Criar um espaço de harmonia e seguro; Proporcionar um sentimento de pertença para que possam opinar sem receio; Estabelecer normas de funcionalidade do grupo e os seus objetivos; Avaliar suas expetativas. |
| Sessão 2. Encontrar caminhos | Explorar seus entendimentos a respeito do tema; Identificar e definir as formas de violência, suas causas e características. |
| Sessão 3. Não sabia que era assim | Consciencializar sobre os efeitos desta prática na vida das vítimas; Identificar suas consequências. |
| Sessão 4. (Re) descoberta “mitos ou verdades | Desmistificar os mitos associados a este fenómeno; Descrever e analisar os discursos concernente ao papel da mulher e do homem; Compreender-se enquanto sujeitos de direitos e identificar os direitos fundamentais (mulher). |
| Sessão 5. Pensar o futuro | Fazer uma reflexão daquilo que foi o trabalho; Sumariar os benefícios e conhecimentos adquiridos. |

Tabela 2 – Sessões e seus objetivos

Sessão 1 – A nossa guia

| | |
|--------------------|---|
| Atividades | 1. Dinâmica de inclusão: numa roda, com o papel amassado em formato de bola, fazer uma breve apresentação de todos/as participantes. |
| | 2. Como funciona o nosso grupo de trabalho? (Anexo 4) |
| | 3. avaliação das expetativas. |
| Objetivos | 1. Proporcionar um sentimento de pertença e de harmonia entre nós, ou seja, para que ninguém se sinta inferior ou superior ao outro, que todas/os são iguais não importa o nível de escolaridade ou status social, cada pessoa é única. |
| | 2. Consiste em estabelecer as regras de funcionalidade, para que o trabalho possa correr melhor sem comprometer a suas atividades diárias e o próprio projeto. Ser pontual, assíduo e honrar o compromisso. |
| | Avaliar as expetativas dos participantes em relação ao programa de intervenção. |
| Estratégias | 1. Dinâmica de inclusão |
| | 2. Chuvas de ideias |
| | 3. Debate “pontos de vistas” |
| Material | 1. Papel |
| | 2. Papel e caneta |
| Instruções | Sugerir que os/as participantes façam uma roda. O colaborador no meio como o papel amassado, apresentar a sua pessoa e, após esta apresentação atira o papel, quem calhar é o próximo a apresentar-se, assim sucessivamente. |
| | Escrever no papel, quais as regras que querem estabelecer para garantir o melhor funcionamento do grupo, no final aceitá-las e comprometer-se com elas, |
| | Pedir que os/as participantes falassem quais, as suas expetativas que têm sobre o estudo. |
| Tempo | 80 minutos |

Sessão 2 – Encontrar Caminhos

Pretende-se com a sessão, conhecer os diferentes tipos de violência doméstica e como ela se manifesta, visto que, só é possível identificar a violência ou romper com o ciclo, quando sabemos o que é e, quais as suas características.

| Atividade | Pontos de vistas “opiniões” |
|-------------|---|
| Objetivo | Explorar o entendimento dos/as participantes, no que diz respeito ao tema do estudo e os fatores associados as suas causas. Identificar e definir os diferentes tipos de violência, suas causas e características. |
| Estratégias | Chuvas de ideias “debate” |
| Material | Power Point |
| Instruções | Permitir que os/as participantes façam uma reflexão e discutir acerca deste fenómeno, como a sociedade encara esta prática. |
| Tempo | 60 minutos |

Sessão 3 – Não sabia que era assim

É dada aos participantes a oportunidade de compreenderem, as estratégias dos agressores em manipular as vítimas a manterem numa situação de violência e não pensar em procurar ajudas ou denunciar.

| Atividade | Cicatrizes – título do vídeo sobre a violência doméstica |
|------------|--|
| Objetivo | Promover a consciencialização sobre o efeito que essa prática produz na vida de quem a vivência, enquanto uma grave violação dos direitos humanos. |
| Estratégia | Visualização de um vídeo, intitulado “cicatrizes” |
| Material | Vídeo https://youtu.be/TBX-3LA_h5s?si=W9-FW9GT-Vv6eN0W |
| Dinâmica | Apresentar o vídeo aos participantes e gerar um debate a respeito das formas de violências presentes no mesmo, colocando algumas questões: Quais os tipos de violências presentes no vídeo? Qual é a principal ideia transmitida no vídeo? O que mais chamou lhe atenção? O que motivou a filha enfrentar o pai, a ponto de denunciar? |
| Tempo | 70 minutos |

Sessão 4 – A (re) descoberta “Mitos desfeitos”

Esta sessão, consiste na desconstrução dos discursos sociais e culturais, prevalentes na sociedade sobre as diferenças existentes entre homem e mulher sabendo que estas são apenas (anatômicas) e, a distribuição dos papéis, ou seja, “ser homem ser mulher”, como estas impactam nas nossas relações. Homens e mulheres são iguais e possuem direitos iguais.

| | | |
|--------------|---|--|
| Atividades | Mitos - A violência ocorre apenas em famílias com baixo rendimento ou nível de escolaridade baixa. (Anexo 5) | Verdades - A violência, é um fenómeno que não respeita fronteiras, atinge qualquer pessoa independentemente do seu status; |
| | Ser homem e ser mulher (Anexo 6) | Direitos iguais (Anexo 7) |
| Objetivos | Desmistificar os mitos relacionados aos episódios da violência doméstica | |
| | Descrever e analisar os relatos socioculturais, à respeito do papel da mulher e do homem no âmbito doméstico (familiar) e social | |
| | Identificar os direitos fundamentais, em particular das mulheres, para que possam compreender-se enquanto sujeito de direito | |
| Estratégias | Debate | |
| | Chuvas de ideias | |
| | Debate | |
| Materiais | Power Point | |
| Instrumentos | Apresentar uma lista com diferentes mitos, muita das vezes relacionadas a violência para que possam compreender o verdadeiro sentido que apresentam e promover um debate conjunto, se aqueles discursos são mitos ou verdades. | |
| | Exibir dois retratos, feminino e masculino, pedindo que os/as participantes descrevam as características que os diferenciam. | |
| | Disponibilizar uma lista com direitos fundamentais, direito da mulher e promover um debate em grupo, que visa compreender que consciência possuíam acerca destes e se acreditam que as mulheres usufruem ou são negadas estes direitos. | |
| Tempo | 80 minutos | |

Sessão 5 - Pensar o futuro

A quinta e última sessão, serve de despedida com um pensamento positivo para o futuro, de contribuir para uma mudança de comportamentos relativamente ao pensamento das pessoas para com esta prática, a partir deste aprendizado consciencializar as pessoas ao nosso redor.

| Atividade | O que eu aprendi |
|------------|---|
| Objetivo | Sintetizar os principais conteúdos abordados e aumentar os conhecimentos adquiridos |
| Estratégia | Jogo de perguntas |
| Material | Power Point |
| Instruções | Aplicação de alguns questionários para as/os participantes responderem, com intuito de avaliar o nível de entendimento acerca dos conceitos desenvolvidos ao longo das sessões; também, conduzir um debate que visa avaliar o impacto do estudo nas/os participantes (ex.: se teve alguma mudança). Tendo os questionários iniciais para orientar o debate. |
| Tempo | 80 minutos |

De referir que, durante todas as sessões, com exceção na terceira, estiveram presentes todas/os que responderam aos questionários.

CAPÍTULO 4. Apresentação análise e discussão dos resultados

No tocante a análise dos dados recolhidos, através das respostas dos questionários e das sessões, foi realizada a análise dos conteúdos, que procurou sintetizar e interpretar o conhecimento dos/as participantes acerca da temática do estudo. Nesta análise, foi realizada a exploração do material, destacando assim, as respostas mais relevantes de acordo com o objetivo do trabalho.

Deste modo, a avaliação dos resultados constituiu na aferição de possíveis mudanças no jeito de pensar e de ver o fenómeno da violência, verificar se existiu alguma diferença nos diferentes momentos, entre o (antes e o depois) da intervenção.

A partir da análise dos dados, surgiu três categorias:

4.1. Conhecimentos dos/as participantes sobre a violência doméstica contra a mulher, suas características e existência no país.

Após a análise dos conteúdos, percebe-se que alguns dos/as participantes tinham mais conhecimentos relativo a violência doméstica contra a mulher, e outros/as menos, visto que desconheciam outras formas de violência, a mais conhecida que é a “violência física” quase a aludiram todos/as.

A violência praticada contra a mulher, é uma violação dos direitos humanos da mulher que não se caracteriza apenas na agressão física, ela pode afetar tanto o estado psicológico quanto o emocional da mulher, as pessoas quando se falam desta prática a maior acredita que deve ser só denunciada quando acontecer a agressão (P.1).

Falar da violência doméstica contra mulher, é indissociável falar-se da desigualdade de género, que se baseia na disparidade entre mulheres e homens tendo origem na própria construção que a sociedade faz na distribuição dos papéis sociais, sendo “homem dominante e a mulher submissa” (P.9).

Para mim, a violência era caracterizada apenas pela agressão física e sexual, desconhecia que humilhar ou negar alguém a liberdade de pensar ou decidir sobre a sua vida era considerada uma violação, no decorrer deste trabalho, pelo que entendi relativo a esta temática, esta prática acontece no nosso dia a dia dentro das nossas casas porque infelizmente, as meninas guineenses são privadas de tudo enquanto os meninos não (P.4).

Percebe-se que a violência existe no país, as vezes o problema é identificá-la, por ser considerado um fenómeno ligado a vida privada/intima da pessoa e que é raramente abordado no contexto público guineense, sobretudo nas escolas (P.5).

A violência doméstica contra a mulher, é um problema social de elevada magnitude e, suas manifestações apresentam grandes impactos sociais que incluem não só a vítima, mas também os contextos económicos, educacionais assim como a da saúde. Outrora, a sociedade guineense resume a violência apenas na agressão física, ou seja, quando o

“homem/marido bate na mulher/esposa”. Além desse, há uma forma de violência de suma importância a (violência moral), que consiste em calúnia, difamação ou injúria da vítima que a nossa sociedade não reconhece como uma violência (P.1).

Com estas palavras, faz-se entender qual era a percepção dos/as participantes sobre esta temática. Que a maioria (67%) da nossa amostra, sabe da existência da violência doméstica e reconhece que ela está presente na sua sociedade e o que desconhecem são os sinais e de como ela se manifesta (**Gráfico 1**). Tal constatação deve-se ao fato de que a maioria (73,36%) dos nossos/as participantes, nunca ter participado em nenhuma sensibilização ou capacitação de género. Para além disso, este é um assunto que não é habitualmente tratado nas escolas da Guiné-Bissau, (**Gráfico 2**).

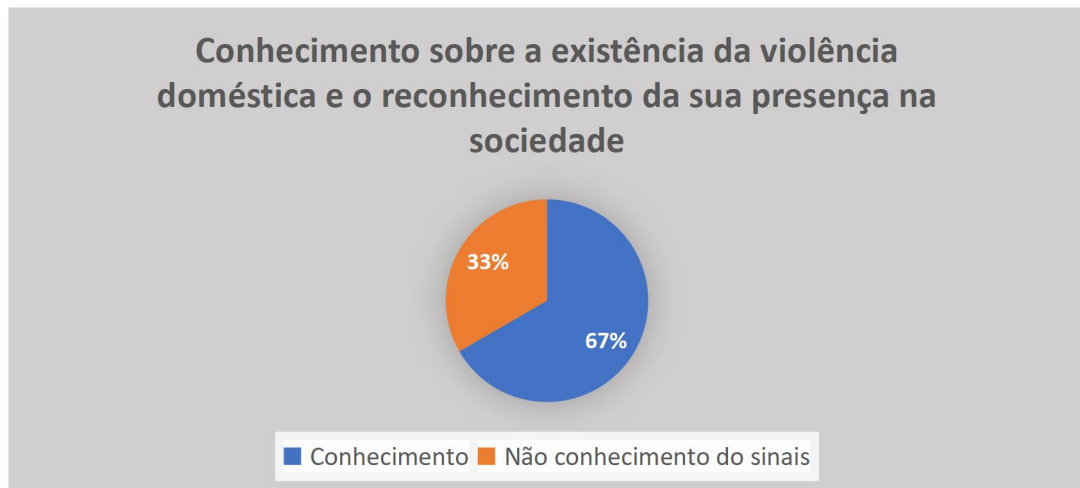


Gráfico 1 – Conhecimento sobre a existência da violência doméstica contra a mulher e o reconhecimento da sua presença na sociedade

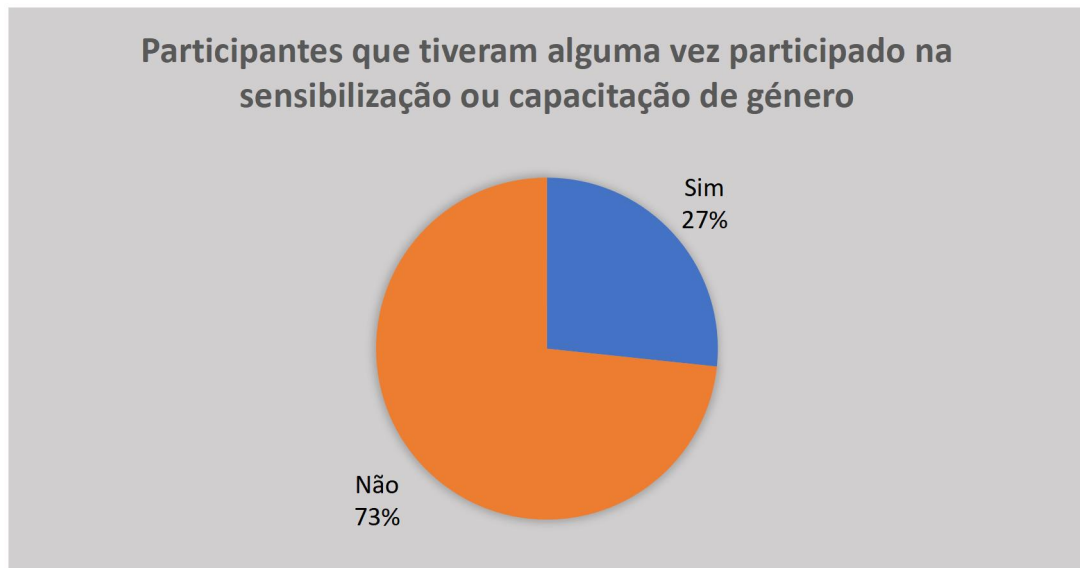


Gráfico 2 – Participantes que tiveram alguma vez participando na sensibilização ou capacitação de género

4.2. Conhecimento dos/as participantes sobre as causas da violência doméstica contra a mulher.

relativamente as causas os/as participantes apresentaram um conhecimento incipiente a respeito, e, entre todas elas a mais citada foi a “desobediência da mulher” que a sociedade guineense vê como um confronto ou desrespeito ao homem.

Apesar de ter conhecimento sobre a existência deste fenómeno, mas não sabia identificar algumas causas. Apenas pensava, que refere o fato da esposa não obedecer os desejos ou a vontade do marido (P.6).

Eu acho bastante complicado, porque esta problemática por mais que seja comum em diversas sociedades do mundo, ainda assim, é pouco controverso no que diz respeito as suas origens, principalmente na Guiné-Bissau em que a maior parte da população usa um discurso marxista, tentando justificar a violência. “apanhou porque não obedece as ordens do marido, ou, ela não quer casamento por isso comporta como uma qualquer” (P.3).

A violência doméstica contra a mulher, é motivada pela falta de compreensão e de sensibilização da população, seja homens, mulheres e crianças, relativo a seus direitos e comportamentos sociais adequados para uma sociedade justa e igualitária. Alguns sabem e fazem de propósito e outros não, devido a baixo nível da escolarização dessa população sobretudo das mulheres (P.7).

Uma das causas mais comuns, nas nossas casas e na sociedade em geral, é o machismo (machundade), porém os homens acham que as mulheres são suas propriedades ou escravos que devem ser espancados sempre que tiverem uma opinião contrária a do homem (P.2)

Existem diversos fatores, relacionados a causa da violência no país entre elas está, a não submissão da mulher aos desejos do homem, isto porque, os homens acham que as mulheres devem submeter-se a eles a todo o momento, quando que não (P.1).

No meu entender, a causa da violência tem a ver com desigualdade na repartição dos papéis sociais entre homens e mulheres, visto que as mulheres são negadas seus direitos enquanto sujeitos de “direito”, como por exemplo (nas organizações juvenis ou associações, as meninas/mulheres muitas das vezes representam o maior número, mas as suas opiniões nem sempre são consideradas pelo fato de serem mulheres. Portanto, conjuntos destes e demais outros fatores podem influenciar a prática da violência) (P.2)

Nesta categoria, os/as participantes apontaram como principais causas da violência doméstica contra mulher no país, a desobediência da mulher (33%); falta de informações e sensibilização acerca de seus direitos (27%); cultura do machismo “machundade” (20%); ciúme dos maridos, uso de álcool e outras substâncias (20%), **(Gráfico 3)**.

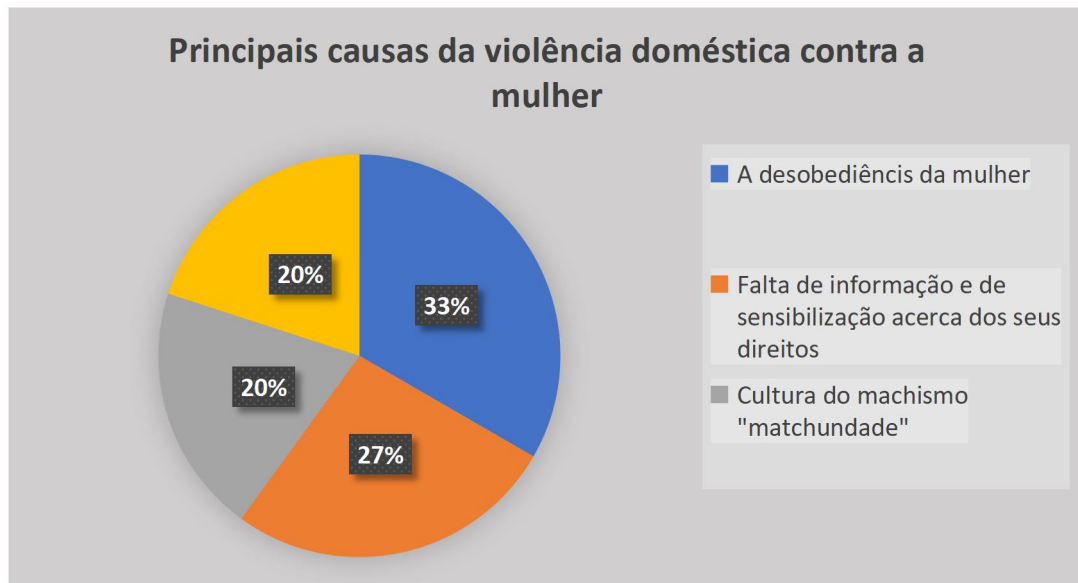


Gráfico 3 – Principais causas da violência doméstica contra a mulher

4.3: Avaliação de conhecimento dos/as participantes nos momentos, pré-teste e pós-teste.

Nesta categoria, foi realizada a avaliação da percepção dos/as participantes nos momentos, pré-teste e pós-teste, se houve algumas mudanças na forma como encaravam essa prática, suas opiniões, comportamentos ou atitudes em relação a este fenómeno. Apresentaram uma mudança positiva relativo as suas opiniões a cerca da violência praticada contra a mulher.

A prática da violência contra a mulher, muita das vezes acontece pelo desentendimento de vários fatores, um deles é o celular. A mulher/esposa usa celular e o WhatsApp, mas na maioria das vezes o homem/marido não gosta, daí começa a discordância que resulta ou pode resultar na violência. Como é o caso de uma vizinha minha, que briga quase todos o dia com o marido, por ela estar a falar sempre no celular e ele não gosta, tenta controlar as suas ligações a mulher não deixa. Eu julgava aquela mulher, dava razão ao marido, mas com este trabalho percebi que era um comportamento errado, querer controlar tudo que a mulher faz ou deixa de fazer (P.5).

Eu acho que, enquanto cidadão e jovem posso contribuir, conversando com as pessoas mostrando a elas que em uma simples e única frase pode existir a violência. O fato de proibir a uma menina/mulher de usar a roupa que quer é uma violação, são fatos vivido no dia a dia das famílias guineenses. Essa consciencialização, tem de começar no âmbito doméstico, ou seja, com as nossas famílias, que parem de semear diferença entre um homem e mulher porque são todos iguais e merecem o mesmo tratamento (P.7).

Ao longo destas sessões, com as diferentes abordagens sobre a violência doméstica contra a mulher, compreendi que afinal certos comportamentos que tinha eram violentos. Com 16 anos meu pai deu-me um celular sem qualquer impedimento, e, na vez da minha irmã não teve a mesma atitude, negaram-na esta oportunidade pelo simples fato de ser menina, justificando que se ela tiver um celular desviará das normais familiares e sociais e eu apoiava o meu pai nesta decisão (P.6).

Sabia que existe violência no país, apesar de desconhecer as suas características, mas identificava alguns tipos como a violência física, sexual, dentre outros. Neste estudo, percebi que além das formas da violência que mencionei há ainda o “ciclo da violência”, que manifesta em três fases diferentes e nem fazia ideia de como era. No vídeo que fomos apresentados sobre a violência, o pai no início, gritava com a filha, humilhava-a frente das amigas, jogava a comida no chão entre outras. Um dia desses bateu na filha e quebrou o telefone dela, no dia seguinte mostrou arrependimento ao ponto de comprar um celular novo e pedir desculpas. Para mim, era desculpas sinceras e que não voltava a fazer o mesmo, infelizmente voltou a acontecer. Por isso, acho fundamental que haja mais estudos de género, que facilitam na melhor compreensão deste fenómeno, visto que não é habitual falar dele tanto nas escolas assim como nas sociedades da Guiné-Bissau (P.9).

No geral, acredito que somos mal-educados, visto que na sociedade guineense a todo o momento o homem é tido como o “chefe de família” tendo o direito de controlar, disciplinar e punir a mulher e esta obediência da mulher ao homem/marido, foi e ainda é ensinada desde a infância como um valor fundamental (P.9).

Como mecanismos para prevenir e erradicar esta prática devemos, é parar de fazer julgamentos a vítimas da violência e começarmos a questionarmos, fazer uma

autoanálise do que realmente significa ser homem. Crescemos, ouvindo que “ser homem” é mostrar força, é ter autoridade, que homem não chora, este discurso também nos cansa, porque a todo o momento aprovamos que somos fortes (P.2).

Ao meu ver, para amenizar esta prática é necessário que seja promovida debates, palestras e sensibilizações acerca desta temática com vista a educar e informar a população que, as diferenças entre mulher e homem são apenas biológicas, a sociedade para justificar as atitudes violentas dos agressores, trouxe divisão dos papéis sociais dos géneros. (P.15).

Acredito que, podemos mudar esta paradigma do sistema “machista patriarcal” a partir da consciencialização uns com outros, a sensibilização da sociedade e comunidades locais, incentivar a denuncia e apoio as vítimas. Por isso, é essencial que o Estado enquanto entidade máxima incluir unidades curriculares acerca da problemática da violência baseada em género e violência doméstica contra a mulher, para sua melhor compreensão e ainda permitir que as pessoas tenham a consciência sobre certos comportamentos, assim serão capazes de promover harmonia, diálogo e aceitar as opiniões e lideranças femininas (P.1).

O presente estudo, procurou compreender a perceção dos/as participantes sobre o fenómeno da violência doméstica contra a mulher, de forma geral e em particular na Guiné-Bissau.

Dentre as várias formas de violências existentes, a violência doméstica contra a mulher, vem apresentando discussões devido a sua complexidade e multiplicidade, para possibilitar melhor a sua compreensão, por ser um fenómeno inserido em contextos históricos e culturais que contribui na tolerância social diante do fenómeno e naturalização da vitimização e da agressão.

Por isso, a partir dos resultados percebeu-se que, no início do projeto os/as participantes possuíam conhecimento diferentes relativamente ao tema, uns tinham mais compreensão em relação aos outros, e, as violências mais comuns como a física, psicológica e sexual quase todos citaram.

A prática da violência doméstica contra a mulher, não é um problema isolado e nem acontece por acaso. É o resultado de uma sociedade em que o machismo, o silêncio, a desigualdade de gênero e a impunidade dos atores da violência, ainda moldam as relações humanas. Um estudo realizado com alunos de ensino médio no Brasil, mostra que ainda em pleno século XXI, é perceptível que o machismo continua a se pronunciando (Singulano & Teixeira, 2020). Ainda o mesmo estudo indica que, embora as mulheres têm realizado várias conquistas, ainda assim, a desigualdade de gênero é preocupante porque, ela contribui para que a população masculina se sinta superior as mulheres, o que acaba por influenciar a violência (p., 107).

As/os participantes afirmaram que, na sociedade guineense a maioria dos homens praticam a violência como forma de repressão e controle das filhas e esposas, alegando que desrespeitaram uma determinada norma social. Estes discursos, são usados para tentar justificar ou silenciar a agressão, visto que os homens acham sempre superiores as mulheres e podem tratá-las como seus objetos ou propriedades.

Esta afirmação coincide com a literatura, que segundo Singulano e Teixeira (2020, cited in Alves, 2005; Sequeira & Stella, 2012), a prática da violência é uma forma de os homens se manterem dominantes a todo o momento nas relações afetivas e familiares, mantendo assim, os modelos patriarcais passados de geração em geração como uma ideal social.

Como forma de mitigar o fenómeno da VDcM, devido ao seu aumento, os/as participantes acreditaram ser urgente e indispensável levar o debate para as salas de aulas, introduzir abordagens ligadas a esta prática tanto no ensino básico, quanto nas universidades independentemente da área de formação, sendo uma forma de prepará-los enquanto cidadãos, adolescentes/jovens e futuros profissionais, que sejam capazes de dar respostas adequadas acerca desta problemática. Todavia, as mulheres são condicionadas nas suas escolhas sobre a área de formação a seguir, visto que algumas profissões são vistas como masculinas.

A resolução desta problemática, é muita das vezes associado ao âmbito jurídico-policial ou uma questão dos profissionais da saúde, de modo que são os únicos que deverão estar preparados para o seu enfrentamento, mas não, é uma responsabilidade de

todos/as enquanto cidadãos/ãs e membros da sociedade. Deste modo, num estudo realizado por Acosta et al (2021), que envolveu universitários de diversas áreas de formação, evidencia que, a universidade na sua legitimidade é um campo formador que vai além da atuação profissional, pois, cabe aos docentes de criarem estratégias que possibilitam a educação moral dos estudantes, com intuito de se conhecerem e se reconhecerem enquanto agentes de mudança, pautado em diferentes contextos podendo assim impactar na vida das pessoas, independente da sua formação. Além disso, o estudo também mostra que, não querendo obrigar que a violência doméstica contra a mulher seja vista como um tema curricular para as ciências exatas ou a engenharia, mas que seja tratado de forma transversal nas universidades trazendo assim, as repercussões negativas que esta prática tem na sociedade.

Ainda quanto aos resultados obtidos, ressalta que os/as participantes abordaram a questão da religião e da tradição que apresentam forte influência na sociedade guineense, visto que, em alguns casos as interpretações conservadoras e descontextualizadas feitas acerca desses sistemas religiosos e tradicionais, que por vezes são usados para justificar o poder masculino e a submissão das mulheres. Sendo assim, é importante salientar que, tanto a tradição quanto a religião em si, não são violentos, mas que podem ser manipulados para privilegiar os homens, ou seja, para manter a desigualdade entre os sexos e justificar as práticas das violências.

Diante da magnitude desta problemática e das consequências na saúde da vítima e das pessoas ao seu redor, reconhece-se que é fundamental a participação de todos/as no processo de amenização e combate a esta prática. Nesta ótica, os participantes reconheceram que têm um papel e compromisso, de lutar contra a violência praticada contra a mulher, como cidadãos e jovens, cabe cada um debater no seu círculo de amigos e familiares uma abordagem mais ampla sobre a temática, principalmente a igualdade de género, respeito ao próximo, as culturas patriarcais e machistas prevalentes nas sociedades, e repreender os comportamentos discriminatórios contra as mulheres. Na Guiné-Bissau, além da violência doméstica, as meninas/mulheres são submetidas a outras formas de violência que é: o casamento infantil, forçado e a mutilação genital feminina (MGF), portanto, o seu enfrentamento deve ser responsabilidade de todos/as.

No estudo da FEC (2021), sobre a situação da mulher na Guiné-Bissau, afirma que a maioria das mulheres inquiridas casaram-se antes dos 18 anos, ou seja, 36% entre 15 e os 18 anos e 10% antes dos 15 anos. Dentre estas, a grande maioria (81%) foi casada por decisão dos familiares. Relativo ao MGF, sendo uma das maiores violações dos direitos das mulheres e considerada crime no país, cerca de 60% das mulheres desse estudo foram sujeitas dessa prática.

No final, os/as participantes demonstraram a necessidade de educarmo-nos uns com os outros acerca dos direitos humanos, a existência de redes de apoio e leis protetivas, através de informação e sensibilização da população, apoiar as mulheres vítimas e encorajando-as a não ficarem caladas diante das situações violentas. Porém, a informação e o conhecimento desses recursos podem facilitar e aumentar a denúncia e ajudar as mulheres a romperem com o ciclo da violência, caso contrário serão sempre vítimas destes atos. A exemplo disso, a Polícia Judiciária guineense (PJ), lançou em 2021 uma linha telefónica gratuita de denúncia.

CONCLUSÃO

O presente trabalho, permitiu compreender a percepção dos/as participantes sobre a temática da violência doméstica contra a mulher, sendo muito comprometidos com o estudo e uma enorme vontade de aprender. No entanto, as/os participantes consideraram de relevante e útil o estudo, permitindo-lhes adquirir novos conhecimentos e de fazer uma reflexão sobre este problema, que atinge mulheres em vários países do mundo.

O baixo nível de informação a respeito do que é a VDcM e suas características apresentados por outros participantes, deve-se ao fato de nunca ter participado antes em nenhum tipo de sensibilização ou capacitação de género. Além disso, este é um assunto que não é habitualmente tratado nas escolas da Guiné-Bissau.

A escola, é o primeiro espaço de socialização e de integração de qualquer indivíduo, um espaço de formação social, física e mental, sendo assim, torna-se fundamental introduzir abordagens a respeito deste problema, para possibilitar a consciencialização ainda cedo por quando tornarem adultos sejam capazes de transmitir valores que promovam a igualdade e justiça social, a raiz do nosso comportamento e não só, situam na infância e adolescência.

Para Singulano (2018), todas as ações, como eventuais palestras parecem não ser eficientes, por isso, é necessária uma política educacional duradouro e contundente, para que todo o percurso escolar seja pautado na educação em direitos humanos.

A VDcM é estrutural e está presente em todos os contextos e no quotidiano das pessoas, por isso, o seu combate não exige apenas a punibilidade dos agressores, mas sim a transformação das bases sociais que a legitimam, sabendo que, o mundo acompanha um sistema patriarcal, que exalta o homem e diminui a mulher com uma divisão de papéis sociais destinadas a homens e mulheres. Essa cultura patriarcal e o machismo são produzidos pelos homens, mas quem a reproduz maioritariamente são as mulheres por acreditarem que os homens são detentores de suas vidas, e, é possível controlar essa máquina de reprodução a partir de consciencialização das mulheres, para que possam se reconhecer enquanto sujeitos de direito e de defenderem seus interesses e opiniões.

A atenuação ou eliminação da violência, não é uma tarefa fácil ou de um grupo único, mas cabe a cada um de nós fazer a sua parte enquanto membro de sociedade e promotores de direitos humanos. Pode não ter soluções de imediato, mas há caminhos, caminhos estes que passam pela educação, cultura, justiça, solidariedade, empoderamento e amor ao próximo. Não se trata de uma causa feminina e sim, uma causa humana, uma responsabilidade de todos/as e é escolhermos construir o futuro.

Durante a realização do trabalho, encontrei algumas limitações. A perspectiva era ter mais meninas, mas não foi o caso porque naquele horário algumas delas estavam ocupadas com os afazeres doméstico e não conseguiram participar. Por outro lado, sendo um trabalho realizado online, foi difícil terminar na data prevista, devido a lentidão do internet e também o computador utilizado para o efeito teve problemas em alguns momentos.

BIBLIOGRAFIA

Acosta, D. F.; Nunes, P. A.; Calgano, S. C. & Conceição, P. M. (2021). Compromissos Diante da Violência Doméstica: Olhar de Universitários como Cidadãos e Futuros Profissionais. *Revista de Enfermagem*, v.23. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v23.66o38>.

Có, Vitória (2018). Violência física e psicológica contra mulher na região de Biombo, Guiné-Bissau. Trabalho de conclusão de curso, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco de Conde.

Delmoro, I. L. & Vilela, S. C. (2022). Violência contra a Mulher: Um Estudo Reflexivo sobre as Principais Causas, Repercussões e atuação da Enfermagem. *Revista Enfermagem Atual In Derme* v. 96, n. 38.

DW, (2021). Guiné-Bissau Lança Linha Gratuita para Denunciar Casos de Violência. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-lan%C3%A7a-linha-gratuita-para-denunciar-casos-de-viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica/a-62753700>.

Fundação Fé e Cooperação - FEC, (2021). Relatório Sobre Situação da Mulher na Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.fecong.org/2021/11/25/67-das-guineenses-ja-foram-vitimas-de-algum-tipo-de-violencia/>

Lei n. 6/2014, de 4 de Fevereiro (2014). Dispõe Sobre a Criminalidade da Violência Doméstica na Guiné-Bissau, Bissau.

Motta, D. C. (2020). O dilema das desigualdades frente ao marxismo. In Martuscelli, D. E. (Org.), *Os desafios do feminismo marxista na atualidade* (pp. 42,43), Chapecó.

Nanque, J. C. (2022). A violência doméstica contra as mulheres na Guiné-Bissau: análise crítica e social. *Revista Internacional de Culturas Línguas Africanas e Brasileiras*. 2 (Especial), (pp. 533-551). Disponível em <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

Organização Mundial da Saúde - OMS (2015). Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014. Núcleo de Estudos da Violência (Trad.). Disponível em

<https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>.

Organização Mundial da Saúde – OMS (2021). Violence against Women. Disponível em <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>.

Portugal (2019). Ministério da Administração Interna. Relatório Anual de Monitorização Violência Doméstica de 2018. Disponível em https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/vd/RelVD_2018.pdf.

Peixoto, L. R. (2019). A definição de violência doméstica contra a mulher e sua relação com o feminicídio. Monografia em Direito para a obtenção o grau de Bacharel apresentado ao Núcleo de Trabalho de Curso da Universidade Evangélica, Anápolis.

Ramos, G. & Tomé, M. R. (2022). Violência Doméstica contra as Mulheres e as Políticas no Brasil e em Portugal nos anos 2010 a 2020. *Temas Sociais*, n. 3, (p.p. 533-551).

Rezende, M. O. (2020). Violência contra a Mulher. Brasil, Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/violencia-contra-a-mulher.htm>.

Sales, L. B. S. (2018). O Ciclo da Violência Doméstica e as Medidas Protetivas de Urgência nas Agressões Sofridas por Mulheres em Relacionamentos Íntimas. Monografia em Direito apresentada à Universidade Federal de Bahia, Salvador.

Silva, A. & Saliba, M. G. (2023). Violência Doméstica e Vitimologia: Análise do Ciclo de Violência à luz das Questões de Género. *Revista Juris Uni Toledo*, 8 (1) (p.p. 1-25). Disponível em <https://wyden.periodicoscientificos.com.br/index.php/jurisunitoledo/article/view/369>.

Silva, C. (2019). Violência contra mulheres e os desafios da igualdade de género na Guiné-Bissau, Sintidus.

Singulano, Y. L. (2018). Percepções de adolescentes sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres, Dissertação de Mestrado em Economia Doméstica, apresentada ao Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa.

Singulano, Y. L. & Teixeira, K. M D. (2020). Percepção de adolescentes sobre as causas da violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 31, n. 1, (p.p. 96-118). Disponível em <http://dx.doi.org/10.31423/oikos.v31i1.8979>.

ANEXOS

Anexo 1 – Consentimento Informado, Livre e Esclarecido dado pela/o participante

Olá, meu nome é Nhima Só e sou estudante do Mestrado em Educação para a Saúde na Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC). Pretendo realizar um estudo na escola “Mestre Abdoulaye Wade” sobre o tema: “Violência doméstica contra mulheres na Guiné-Bissau: causas e consequências” e gostaria de o/a convidar a participar, respondendo a algumas perguntas acerca do seu entendimento sobre o tema.

Importa salientar que, a participação não é obrigatória e que todos os dados pessoais e conversas serão estritamente privadas, anónimas, não serão partilhadas com ninguém e servirão apenas os propósitos do nosso trabalho académico.

Desde já agradeço a sua disponibilidade em colaborar comigo.

Caso preciso mais algum esclarecimento por favor contacte-me:
nhimaso1987@gmail.com / +351 914010983

Concorda em participar? Sim () Não ()

Assinatura

Data: ____/____/____

Anexo 2 - Declaração de autorização da Escola



República da Guiné-Bissau

Ministério da Educação Nacional

Escola Privada Mestre Abdoulaye Wade

Declaração

Eu Ronaldo Inussa Candé Diretor deste estabelecimento escolar acima citada, para os devidos efeitos legais, declaro que a Nhima Só maior de idade, nacionalidade residente em Portugal, concretamente em Coimbra, cuja n0TR7088GT331 autorizado para fazer o trabalho de intervenção, para obtenção de grau de mestrado em educação para a saúde.

Por ser verdade. e a pedido da interessada mandei passar-lhe a presente declaração. que vai devidamente assinada e leva carimbo e autenticada com carimbo à óleo em uso neste estabelecimento escolar.

Bissau 18/10/2024



Diretor
Ronaldo Inussa Candé
Ronaldo Inussa Candé

Anexo 3 – Parecer da Comissão de Ética do Instituto Politécnico de Coimbra

29/10/25, 23:40

Parecer final da Comissão de Ética do IPC sobre o parecer solicitado | Balcão Único

Balcão Único

[Início](#)

Parecer final da Comissão de Ética do IPC sobre o parecer solicitado

Deliberação sobre o pedido de Parecer N^o D90/2024, com o Título: "Violência Doméstica contra mulher na Guiné-Bissau: causas e consequências", requerido por "Nhima Só".

A.1. DOCUMENTOS Analizados:

Questionário Sociodemográfico.pdf
Consentimento, Informado, Livre e esclarecido.pdf
Autorização da Instituição onde decorrerá o estudo.pdf

A.2. RESUMO DO PROJETO:

Estudo levado a cabo no âmbito de Mestrado em Educação para a Saúde da ESEC - IPC. A violência doméstica contra a mulher, tem sido bastante discutido ao longo dos anos por pesquisadores, académicos, organizações de sociedade civil, dentre outros agentes promotores de direitos humanos, sendo um fenómeno que se estendeu de geração em geração e multicausal e, tornou-se difícil e complexo a sua compreensão. Trata-se de um grave problema social e de saúde pública, presente em quase todo o mundo que necessita de políticas eficazes e ações para o seu combate, consiste em qualquer ato de violência contra outrem que, normalmente causa danos ou lesões de ordem física, sexual ou mental ou, ainda, que implica algumas limitações e privações de liberdade dessa pessoa. A Guiné-Bissau não é uma exceção deste comportamento nocivo. Estudos apontam que, a violência contra mulher é um fenómeno que ocorre com grande frequência, em que a maioria das vítimas tende a ser pessoas de sexo feminino. Na Guiné-Bissau, os dados da Fundação Fé e Cooperação FEC (2021), uma organização não governamental, mostram que, uma em cada quatro mulheres guineenses já sofreu qualquer tipo de violência, ou seja, 67% delas foram vítimas de um ou dois tipos de violência por parceiro íntimo ou não e, 80% destas violências ocorrem no seio familiar, mencionando o pai como agressor. Isto significa que a probabilidade deste comportamento continuar a aumentar é cada vez mais visível. Atendendo pesquisas levadas a cabo no Brasil, cada quatro minutos, uma mulher é agredida dentro do seu lar, sendo o agressor alguém com quem a mulher mantém relações de afeto, além disso, 70% das mulheres vítimas de assassinato foram mortas pelos próprios maridos ou companheiros Somenzari. Segundo o Relatório Anual de Monitorização de Violência Doméstica em Portugal, em 2018, a cada hora três pessoas sofrem da violência e, cerca de 77% dos casos de violência contra as mulheres foram perpetrados por pessoas com quem elas mantêm relações afetivas/conjugais presentes ou passadas (Portugal, 2018). Isto mostra que a violência contra as mulheres não está presente apenas numa única sociedade ou povo, mas, é um problema mundial. Objectivos gerais: Debater a violência doméstica e compreender a perceção dos participantes sobre o tema. Objectivos específicos: Entender o nível de sensibilidade dos/das participantes sobre o tema; Capacitar os/as participantes, levando-os a saber lidar com as violências e a saber identificar quando estão sendo violentados; Sensibilizar para a adoção de pensamentos de mudança de comportamento; Incorporar abordagens sobre diferentes formas de violência e suas características. Trata-se de um estudo experimental, ensaio comunitário, numa amostra de conveniência, a alunos da Escola Secundária Mestre Abdoulaye Wade, situada em Bissau, Guiné-Bissau. Critérios de Inclusão:

https://www.ipc.pt/bupcc/cetica/validar/registo/cetica/UmxKTDJFMEJ3?check_logged_in=1

29/10/25, 23:40

Parecer final da Comissão de Ética do IPC sobre o parecer solicitado | Balcão Único

Alunos afetos a este estabelecimento escolar, matriculados no ano letivo 2024/2025 de idade igual ou superior a 18 anos de ambos os sexos, a frequentarem o 11º e 12º anos. O trabalho vai decorrer tendo já sido obtida a autorização da direção. Iniciar-se-á com a aplicação de um questionário, construído propositadamente para o efeito, que servirá de diagnóstico para avaliar as necessidades e o entendimento dos/as participantes sobre o tema. Trata-se de uma intervenção que visa sensibilizar e capacitar os/as participantes para a temática da violência doméstica, com a realização de 5 sessões online com a exploração de tópicos e a reflexão crítica sobre os mesmos. As sessões vão ser dinamizadas com a colaboração de um docente da referida escola, a qual está devidamente instruído para o trabalho que deve ser realizado. No final das 5 sessões será novamente administrado o questionário inicial para avaliar o impacto da nossa intervenção nos sujeitos da nossa amostra.

B – IDENTIFICAÇÃO DAS QUESTÕES COM EVENTUAIS IMPLICAÇÕES ÉTICAS:

Relativamente à recolha de dados e realização do estudo, foi solicitada (e posteriormente concedida) autorização à instituição, bem como o Consentimento Informado para aplicação do estudo. O instrumento utilizado é original da equipa de investigação. No início de todo o processo os participantes darão o seu consentimento informado, assinando o CILE. Os dados serão anonimizados e conservados em suporte eletrónico protegido por palavra-passe.

C – CONCLUSÕES:

O pedido cumpre todos os requisitos éticos na investigação em Seres Humanos. Estando salvaguardados os pressupostos éticos relacionados com a investigação, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 7º do Regulamento da Comissão de Ética do IPC, nada tenho a opor quanto ao desenvolvimento do referido projeto.

Deliberação final:

DEFERIDO, por UNANIMIDADE em reunião do dia 27/11/2024

Coimbra, 27-11-2024

O(a) Presidente da Comissão de Ética do IPC,

Adelino Manuel Moreira dos Santos

O(a) Relator(a) do Pedido de parecer,

Adelino Manuel Moreira dos Santos

Anexo 4. Questionário

| Questionário | |
|--|--|
| <p>O presente questionário serve para recolher, junto das/ os estudantes, informação relativa aos conhecimentos e perspetivas sobre a violência doméstica contra mulher, no âmbito do projeto de Mestrado em Educação para a Saúde.</p> | |
| <p>Idade: ____</p> <p>Nível de escolaridade: 11º () 12º ()</p> | |
| <p>Sexo: Feminino () Masculino ()</p> | |
| <ol style="list-style-type: none">1. Na sua opinião, o que é a violência doméstica contra mulher?2. A que sinais deverá estar atento/a para identificar se está perante violência doméstica?3. Identifique os diferentes tipos de violência que conhece?4. Já alguma vez foi vítima de algum tipo de violência? Qual?5. Se alguma vez foi vítima de algum tipo de violência, o que fez quanto a isso?6. A seu ver, o que causa a violência doméstica contra a mulher?7. Tendo conhecimento de alguma situação de violência doméstica, já alguma vez tomou alguma medida? Qual? | |
| <p>Muito grata pela sua participação!</p> <p>Nhima Só</p> | |

Anexo 5 - Regras de funcionamento do grupo

(Sessão 1)

Eu _____, após a leitura dos objetivos deste projeto, concordei com a minha livre e espontânea vontade participar do estudo e cumprir com todas as regras estabelecidas pelo grupo para o seu melhor funcionamento.

Todas/os as/os participantes devem:

- ◆ Ser assíduos e pontuais;
- ◆ Ter oportunidade de falar, mas sem obrigação;
- ◆ Respeitar as diferenças e as opiniões dos outros;
- ◆ Estar em silêncio e permitir que os outros acompanhem;
- ◆ Evitar as saídas desnecessárias;
- ◆ Respeitar-se uns com outros;
- ◆ O grupo permite risadas, mas não com intenção de atingir outro;
- ◆ Mediante o incumprimento destas, a pessoa pode ser retirada e não continuar a participar do estudo.

Anexo 6 – Mitos ou Verdade

Sessão 4

Mitos

- ✧ As mulheres são agredidas porque provocam ou gostam de ser maltratadas;
- ✧ A violência acontece ocasionalmente;
- ✧ A violência só atinge um pequeno número da população;
- ✧ A violência ocorre apenas em famílias com baixo rendimento ou nível de escolaridade baixa;
- ✧ Esta prática é motivada por fatores como, álcool, drogas, a pobreza, doença mental, desemprego, desobediência;
- ✧ As divergências familiares são resolvidas em casa/família.

Verdades

- A pessoa que vive em situação de violência, tenta em todo o momento evitar que aconteça, protege-se e também os filhos/as. outrora, ela permanece na relação por medo de ser perseguida pelo agressor;
- A cada hora, uma (1) em cada três (3) mulheres sofrem violência;
- Inúmeras mulheres em todo o mundo foram e são vítimas de algum tipo de violência;
- A violência, é um fenómeno que não respeita fronteiras, atinge qualquer pessoa independentemente do seu status;
- Estes discursos, são para justificar a agressão ou permitir que ela aconteça;
- Enquanto esta prática não for encarada como um grave problema de saúde pública e ser atenuada, a probabilidade de ela continuar é ainda maior e as mulheres continuarão a sofrer, o que pode também atingir o Estado e contribuindo no aumento do índice da delinquência juvenil.

Anexo 7 – Retrato Feminino e Masculino



Anexo 8 - Direitos Humanos Fundamentais e Direitos da Mulher

Sessão 4

Direitos humanos fundamentais

O homem e a mulher nascem livres e todos usufruem dos mesmos direitos, o seja:

Direito a vida, a liberdade, a segurança pessoal e social;

Direito a um trabalho digno e boa remuneração;

Direito a saúde e assistência médica e medicamentosa;

Direito a instrução, a educação, a cultura, a arte;

Direito a casa/ moradia, família, a honra;

Direito a liberdade de pensamento e expressão;

Direito de ir e vir;

Direito a proteção, a lazer e descanso.

Direitos da mulher

Direito a vida, a saúde;

Direito de ser quem ela é e, o que quer ser;

Direito de liberdade de pensamento e de decisão;

Direito a querer ou não ter filhos/as e por quando tê-los;

Direito a sua privacidade, a proteção social, a segurança;

Direito de igualdade e de viver livre de qualquer tipo de discriminação;

A não ser submetida a torturas ou maus-tratos;

A informação e a educação;

Liberdade de reunião e participação política.

